

BRINCADEIRAS INDÍGENAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA: SABERES DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

INDIGENOUS PLAY AS A PEDAGOGICAL PRACTICE: KNOWLEDGE OF ORIGINAL PEOPLES IN THE TEACHING-LEARNING

EL JUEGO INDÍGENA COMO PRÁCTICA PEDAGÓGICA: EL CONOCIMIENTO DE LOS PUEBLOS ORIGINALES EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE

Mateus de Macedo¹

1

RESUMO: A valorização dos saberes dos povos originários constitui um desafio permanente para a educação brasileira, especialmente diante da persistente invisibilização das culturas indígenas no currículo escolar, apesar dos avanços legais, como a Lei nº 11.645/2008. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do segundo ano do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas, que buscou promover o conhecimento, a valorização e a vivência das brincadeiras tradicionais indígenas como prática pedagógica intercultural. A metodologia adotada fundamentou-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, envolvendo pesquisa, reconstrução e vivência de brincadeiras indígenas a partir de materiais acessíveis e reutilizáveis. Os estudantes investigaram a origem das brincadeiras, os povos indígenas aos quais pertencem, suas regiões e idiomas, culminando em apresentações práticas e momentos de interação coletiva. Os resultados evidenciaram ampliação do repertório cultural dos alunos, desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas, fortalecimento do protagonismo estudantil e desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e colaborativas. Além disso, a proposta contribuiu para a articulação entre formação técnica e dimensão humana, cultural e social da educação. Conclui-se que o trabalho com brincadeiras indígenas se configura como uma prática pedagógica potente para a descolonização do currículo, a efetivação da legislação educacional vigente e a construção de uma aprendizagem significativa, crítica e comprometida com a valorização da diversidade étnico-cultural brasileira.

Palavras-chave: Educação intercultural. Povos indígenas. Brincadeiras tradicionais. Ensino-aprendizagem. Educação profissional.

¹Mestrado em Educação com ênfase em Formação de Professores.Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO). Professor de Matemática do Ensino Médio.Escola Estadual PEI Professor Josué Benedicto.

ABSTRACT: Valuing the knowledge of indigenous peoples is a permanent challenge for Brazilian education, especially given the persistent invisibility of indigenous cultures in the school curriculum, despite legal advances such as Law No. 11,645/2008. In this context, this article aims to analyze a pedagogical experience developed with second-year students of the technical course in Systems Development, which sought to promote the knowledge, appreciation, and experience of traditional indigenous games as an intercultural pedagogical practice. The methodology adopted was based on Problem-Based Learning, involving research, reconstruction, and experience of indigenous games using accessible and reusable materials. The students investigated the origin of the games, the indigenous peoples to which they belong, their regions and languages, culminating in practical presentations and moments of collective interaction. The results showed an expansion of the students' cultural repertoire, deconstruction of stereotypes about indigenous peoples, strengthening of student protagonism, and development of cognitive, socio-emotional, and collaborative skills. Furthermore, the proposal contributed to the articulation between technical training and the human, cultural, and social dimension of education. It is concluded that working with indigenous games constitutes a powerful pedagogical practice for the decolonization of the curriculum, the effective implementation of current educational legislation, and the construction of meaningful, critical learning committed to valuing Brazilian ethnic and cultural diversity.

Keywords: Intercultural education. Indigenous peoples. Traditional games. Teaching and learning. Vocational education.

RESUMEN: Valorar el conocimiento de los pueblos indígenas es un desafío permanente para la educación brasileña, especialmente dada la persistente invisibilidad de las culturas indígenas en el currículo escolar, a pesar de avances legales como la Ley n.º 11.645/2008. En este contexto, este artículo busca analizar una experiencia pedagógica desarrollada con estudiantes de segundo año de la carrera técnica en Desarrollo de Sistemas, que buscó promover el conocimiento, la apreciación y la experiencia de los juegos indígenas tradicionales como práctica pedagógica intercultural. La metodología adoptada se basó en el Aprendizaje Basado en Problemas, que implicó la investigación, reconstrucción y experiencia de juegos indígenas utilizando materiales accesibles y reutilizables. Los estudiantes investigaron el origen de los juegos, los pueblos indígenas a los que pertenecen, sus regiones e idiomas, culminando con presentaciones prácticas y momentos de interacción colectiva. Los resultados mostraron una expansión del repertorio cultural de los estudiantes, la deconstrucción de estereotipos sobre los pueblos indígenas, el fortalecimiento del protagonismo estudiantil y el desarrollo de habilidades cognitivas, socioemocionales y colaborativas. Además, la propuesta contribuyó a la articulación entre la formación técnica y la dimensión humana, cultural y social de la educación. Se concluye que el trabajo con juegos indígenas constituye una poderosa práctica pedagógica para la descolonización del currículo, la efectiva implementación de la legislación educativa vigente y la construcción de aprendizajes significativos, críticos y comprometidos con la valorización de la diversidad étnica y cultural brasileña.

Palabras clave: Educación intercultural. Pueblos indígenas. Juegos tradicionales. Enseñanza y aprendizaje. Educación vocacional.

INTRODUÇÃO

A valorização dos saberes ancestrais e das culturas dos povos originários constitui uma premissa fundamental para a construção de uma educação plural, inclusiva e comprometida com a diversidade étnico-cultural brasileira. Em um contexto educacional historicamente marcado pela centralidade de saberes eurocentrados e técnico-científicos, a criação de espaços pedagógicos que promovam o resgate e a vivência de práticas culturais indígenas, como as brincadeiras tradicionais, revela-se uma estratégia potente para o fortalecimento do currículo e para a efetivação dos direitos culturais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino.

Este artigo apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do segundo ano do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas, cujo propósito foi pesquisar brincadeiras tradicionais de diferentes povos indígenas brasileiros, reconstruí-las a partir de materiais acessíveis e compartilhá-las por meio de vivências entre pares. A proposta buscou articular a formação técnica com a dimensão cultural e social, estimulando a empatia, o respeito à diversidade e a valorização de diferentes formas de conhecimento, ao mesmo tempo em que promoveu o trabalho colaborativo, a pesquisa aplicada e o protagonismo estudantil.

3

Baseando-se nesses fatores surge uma questão: De que forma a vivência e a reconstrução de brincadeiras tradicionais indígenas, no contexto de um curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas, podem contribuir para a valorização dos saberes dos povos originários e para a formação crítica, cultural e socioemocional dos estudantes?

A escola configura-se como um espaço privilegiado de socialização e construção de saberes, no qual os estudantes não apenas compartilham processos de ensino e aprendizagem, mas também convivem com diferentes modos de vida, culturas e experiências oriundas de seus contextos familiares e comunitários. Em um mundo marcado por constantes transformações, torna-se essencial que os educandos desenvolvam conhecimentos acerca dos povos originários, compreendendo suas histórias, lutas e resistências.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução nº 49/214, instituiu o dia 9 de agosto como o Dia Internacional dos Povos Indígenas, reconhecendo a importância da preservação de suas culturas e da garantia de seus direitos em escala global. No contexto brasileiro, dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) indicam que, em 1500,

aproximadamente três milhões de indígenas habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil.

Já o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta a existência de 1.693.535 pessoas indígenas no país, o que representa cerca de 0,83% da população total. Esses dados evidenciam as consequências históricas da colonização e reforçam a urgência de promover o conhecimento sobre as populações originárias, suas trajetórias e os desafios que ainda enfrentam.

Apesar dos avanços legais, a invisibilização dos saberes indígenas no ambiente escolar ainda é uma realidade em muitas instituições. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a adoção de práticas pedagógicas que tornem visíveis essas culturas, não apenas como conteúdos curriculares, mas como experiências vividas, compartilhadas e significativas. A escolha por trabalhar com brincadeiras indígenas junto a estudantes de um curso técnico fundamenta-se na compreensão de que a ludicidade é uma linguagem universal, capaz de promover o diálogo intercultural, articular diferentes áreas do conhecimento e desenvolver competências cognitivas, socioemocionais e colaborativas.

Ao explorar brincadeiras tradicionais indígenas, os estudantes ampliam seu repertório cultural, desconstroem estereótipos e passam a compreender a relevância da diversidade étnica na constituição da sociedade brasileira. Ademais, a proposta reforça o caráter interdisciplinar da educação, ao integrar dimensões históricas, antropológicas, culturais e pedagógicas em uma experiência formativa articulada.

4

Desenvolvimento

A valorização dos saberes dos povos originários no contexto escolar exige a adoção de práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade cultural como elemento constitutivo do processo educativo. Historicamente, o currículo escolar brasileiro foi estruturado a partir de uma perspectiva eurocêntrica, que privilegiou determinados modos de produção do conhecimento em detrimento de outros, especialmente os saberes indígenas e afro-brasileiros. Conforme aponta Candau (2016), essa lógica contribuiu para a invisibilização de epistemologias não hegemônicas, reforçando desigualdades culturais e simbólicas no ambiente educacional. Nesse cenário, a promulgação da Lei nº 11.645/2008 representa um avanço significativo ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as etapas da educação básica.

Segundo Oliveira e Braga:

A efetivação dessa legislação ainda enfrenta desafios, sobretudo quando o trabalho pedagógico se limita a abordagens superficiais ou descontextualizadas, sem promover uma real valorização dos saberes dos povos originários. Assim, torna-se necessário pensar propostas que integrem esses conhecimentos de forma crítica, interdisciplinar e experiencial. (Oliveira e Braga, 2022, p78-94).

As brincadeiras tradicionais indígenas configuram-se como importantes expressões culturais e educativas, pois, para muitos povos originários, o brincar está diretamente relacionado aos processos de socialização, transmissão de valores, fortalecimento dos vínculos comunitários e aprendizagem coletiva. Segundo Kishimoto (2010), o jogo e a brincadeira constituem práticas culturais que refletem os valores, as normas e os modos de vida de diferentes grupos sociais, sendo, portanto, potentes instrumentos pedagógicos quando inseridos de forma contextualizada no currículo escolar. Ao incorporar brincadeiras indígenas no processo de ensino-aprendizagem, a escola amplia as possibilidades de construção do conhecimento, favorecendo uma educação intercultural.

Para Walsh:

A interculturalidade crítica pressupõe o reconhecimento das diferenças culturais e o diálogo entre saberes, rompendo com relações hierárquicas de poder que historicamente marginalizaram determinados grupos. Nesse sentido, trabalhar com práticas lúdicas indígenas possibilita aos estudantes compreenderem que existem múltiplas formas de aprender, ensinar e interpretar o mundo. (Walsh, 2009, p.12-42). 5

Além disso, a ludicidade presente nas brincadeiras indígenas contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, envolvendo dimensões cognitivas, socioemocionais e sociais. Vygotsky (1998) destaca que o brincar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano, pois permite a internalização de regras sociais, o exercício da imaginação e a construção de significados compartilhados. Quando essas práticas estão associadas a contextos culturais específicos, como no caso das brincadeiras indígenas, ampliam-se as possibilidades de reflexão crítica e de valorização da diversidade.

A inserção dessas práticas em um curso técnico, como o de Desenvolvimento de Sistemas, reforça a importância de uma formação que vá além do domínio de competências técnicas. Conforme defendem Ramos (2014) e Frigotto (2012), a educação profissional deve estar comprometida com a formação omnilateral dos sujeitos, articulando trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Nesse sentido, a proposta pedagógica apresentada neste artigo contribui para a construção de uma formação mais humanizada, ao integrar saberes culturais ao

desenvolvimento de competências como pesquisa, trabalho em equipe, comunicação e pensamento crítico.

Ao pesquisar, reconstruir e vivenciar brincadeiras indígenas, os estudantes são convidados a assumir um papel ativo no processo educativo, tornando-se protagonistas de sua aprendizagem. Essa abordagem dialoga com princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas, na medida em que estimula a investigação, a colaboração e a autonomia discente. Além disso, favorece a desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas, frequentemente associados a imagens folclorizadas ou a uma visão de passado, conforme alertam autores como Baniwa (2019), ao defender a necessidade de reconhecer os povos originários como sujeitos contemporâneos, produtores de conhecimento e cultura.

Dessa forma, o trabalho com brincadeiras indígenas como prática pedagógica contribui para a descolonização do currículo e para a efetivação de uma educação comprometida com a justiça social e a valorização da diversidade cultural. Ao reconhecer os saberes dos povos originários como conhecimentos legítimos e relevantes, a escola fortalece seu papel social e promove uma formação crítica, sensível e cidadã, alinhada aos princípios de uma educação democrática e inclusiva.

6

2 METODOLOGIA

O projeto foi realizado com alunos do segundo ano do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas, na Escola Estadual PEI Josué Benedicto Mendes, em Osasco – SP. A turma é composta por vinte e cinco estudantes, que, ao longo de um bimestre, dedicaram-se à pesquisa, construção e vivência de brincadeiras tradicionais indígenas.

A proposta metodológica fundamentou-se em princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), permitindo que os estudantes fossem protagonistas do processo investigativo. Inicialmente, foram orientados a realizar pesquisas em diferentes fontes – artigos acadêmicos, registros históricos, relatos orais e materiais audiovisuais – com o objetivo de identificar brincadeiras pertencentes a diferentes etnias indígenas brasileiras.

Como os alunos tinham poucos conhecimentos a respeito das brincadeiras indígenas, realizaram um breve levantamento para identificar o povo originário ao qual cada brincadeira pertencia, sua localização geográfica e o idioma falado por essa comunidade. Esse movimento inicial favoreceu a ampliação dos referenciais culturais dos estudantes.

Após a fase de pesquisa, os alunos construíram as brincadeiras utilizando materiais acessíveis e reutilizáveis, levando em consideração aspectos de sustentabilidade e criatividade. Em seguida, prepararam uma apresentação oral e prática, ensinando aos demais colegas como funcionavam as brincadeiras e promovendo um momento de vivência intercultural.

Posteriormente, os alunos, organizados em grupos, selecionaram uma brincadeira indígena para estudar com maior profundidade. Cada grupo ficou responsável por compreender as regras, os significados culturais e a importância pedagógica da brincadeira escolhida. Em seguida, produziram materiais explicativos e adaptaram as atividades para serem apresentadas em sala.

Na etapa final, os grupos realizaram a prática das brincadeiras com os colegas, promovendo momentos de interação, ludicidade e troca de saberes. Esse processo possibilitou não apenas a vivência cultural, mas também o exercício de habilidades de comunicação, cooperação e respeito às diferenças, consolidando a proposta pedagógica do projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do projeto evidenciou resultados pedagógicos significativos no que se refere à ampliação do repertório cultural dos estudantes e à valorização dos saberes dos povos originários. Inicialmente, observou-se que a maioria dos alunos possuía conhecimentos superficiais sobre as culturas indígenas, limitados, em geral, a estereótipos ou a referências pontuais trabalhadas em etapas anteriores da escolarização. Embora afirmassem já ter ouvido falar sobre os povos indígenas, desconheciam a origem histórica e cultural de muitas práticas presentes no cotidiano brasileiro, incluindo brincadeiras e jogos tradicionais.

7

Durante o processo investigativo, os estudantes demonstraram surpresa e admiração ao reconhecer que diversas brincadeiras conhecidas por eles tinham origem nas culturas indígenas. Esse reconhecimento revelou-se um elemento importante para a desconstrução da ideia de que os povos originários pertencem apenas ao passado, favorecendo a compreensão de sua presença viva e ativa na constituição da cultura brasileira. Tal constatação corrobora a perspectiva de que o conhecimento indígena, quando inserido de forma contextualizada no currículo, contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para a promoção de uma educação intercultural.

No que se refere à organização da turma, composta por 25 estudantes, destacou-se o protagonismo discente ao longo de todo o projeto. Os próprios alunos se organizaram em quatro grupos, assumindo de forma autônoma a divisão das tarefas, a escolha das brincadeiras a serem

pesquisadas e a condução das apresentações. Cada grupo foi orientado a investigar, no mínimo, uma brincadeira indígena, identificando o povo originário ao qual pertence, a região geográfica onde esse povo habita e o idioma falado pela comunidade. Essa etapa favoreceu não apenas o desenvolvimento da pesquisa, mas também o contato dos estudantes com a diversidade étnica e linguística existente entre os povos indígenas brasileiros.

A análise das produções dos grupos revelou um envolvimento significativo com a proposta, evidenciado pela profundidade das pesquisas realizadas, pela criatividade na reconstrução das brincadeiras e pelo cuidado em respeitar seus aspectos culturais. A utilização de materiais acessíveis e reutilizáveis demonstrou sensibilidade às questões de sustentabilidade, além de estimular a inventividade dos estudantes. As apresentações orais e práticas mostraram-se momentos ricos de troca de saberes, nos quais os alunos assumiram o papel de mediadores do conhecimento, ensinando as regras das brincadeiras e contextualizando seus significados culturais.

As vivências lúdicas realizadas em sala de aula promoveram um ambiente de interação, cooperação e respeito mútuo. Observou-se que, ao participar das brincadeiras, os estudantes passaram a reconhecer o valor pedagógico da ludicidade como forma de aprendizagem, compreendendo que o brincar, para os povos indígenas, vai além do entretenimento, estando profundamente relacionado à socialização, à transmissão de saberes e à formação coletiva. Esse aspecto dialoga com concepções educacionais que defendem o brincar como uma prática cultural e formativa, capaz de integrar dimensões cognitivas, sociais e emocionais.

Do ponto de vista da formação técnica, a proposta mostrou-se relevante ao articular competências como pesquisa, trabalho em equipe, comunicação oral e resolução de problemas, habilidades fundamentais para estudantes do curso de Desenvolvimento de Sistemas. Ao integrar conteúdos culturais à formação técnica, o projeto contribuiu para uma educação mais humanizada, rompendo com a fragmentação entre saberes técnicos e saberes sociais.

Assim, os resultados indicam que a inserção das brincadeiras indígenas como prática pedagógica favorece não apenas o cumprimento da Lei nº 11.645/2008, mas também a construção de uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada. Ao vivenciar essas práticas, os estudantes ampliaram sua percepção sobre os povos originários, desenvolveram atitudes de respeito à diversidade e passaram a reconhecer os saberes indígenas como parte constitutiva do patrimônio cultural brasileiro. Dessa forma, o projeto reafirma o potencial das práticas

interculturais como caminho para a descolonização do currículo e para a formação integral dos educandos.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste artigo permitiu refletir sobre a importância da inserção dos saberes dos povos originários no contexto escolar, especialmente por meio de práticas pedagógicas que valorizem a interculturalidade e promovam aprendizagens significativas. A experiência realizada com estudantes do segundo ano do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas evidenciou que as brincadeiras tradicionais indígenas constituem uma estratégia pedagógica potente para a valorização da diversidade étnico-cultural e para a efetivação da Lei nº 11.645/2008, superando abordagens meramente pontuais ou comemorativas.

A proposta metodológica adotada, baseada na pesquisa, na reconstrução e na vivência das brincadeiras indígenas, possibilitou aos estudantes ampliar seus conhecimentos sobre os povos originários, reconhecendo-os como sujeitos históricos e contemporâneos, detentores de saberes legítimos e relevantes. Os resultados demonstraram avanços significativos no protagonismo discente, na cooperação entre os alunos e no desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e comunicativas, além da ampliação do repertório cultural e da desconstrução de estereótipos historicamente associados às culturas indígenas.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a experiência revelou-se especialmente relevante ao articular a formação técnica com dimensões humanas, sociais e culturais da educação. Ao integrar práticas culturais indígenas ao currículo de um curso técnico, o projeto contribuiu para uma formação mais crítica, ética e humanizada, rompendo com a fragmentação entre saberes técnicos e saberes sociais. Essa articulação reforça a compreensão de que a educação não deve se limitar à preparação para o mercado de trabalho, mas também à formação integral dos sujeitos.

Além disso, o trabalho com brincadeiras indígenas evidenciou o potencial da ludicidade como linguagem pedagógica universal, capaz de promover o diálogo intercultural e favorecer a construção coletiva do conhecimento. As vivências realizadas em sala de aula demonstraram que o brincar, enquanto prática cultural, pode se constituir como um espaço privilegiado de aprendizagem, reflexão e valorização das diferenças.

Dessa forma, conclui-se que a inserção das brincadeiras tradicionais indígenas como prática pedagógica contribui significativamente para a descolonização do currículo e para a

construção de uma educação comprometida com a justiça social, o respeito à diversidade e a valorização do patrimônio cultural brasileiro. Recomenda-se que novas experiências pedagógicas sejam desenvolvidas e investigadas em diferentes contextos educacionais, ampliando o debate sobre práticas interculturais e fortalecendo o papel da escola como espaço de reconhecimento, diálogo e valorização dos saberes dos povos originários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: entre práticas e desafios. Petrópolis: Vozes, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Povos indígenas no Brasil. Brasília: Funai, s.d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 10

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

OLIVEIRA, Aline; BRAGA, Mariana. A Lei 11.645/08 e os desafios de sua implementação no currículo escolar. *Revista Educação e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 78–94, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução nº 49/214: Dia Internacional dos Povos Indígenas. Nova York: ONU, 1994.

RAMOS, Marise Nogueira. Educação profissional e tecnológica: fundamentos teóricos e políticos. São Paulo: Cortez, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. Quito: Abya-Yala, 2009.